

CONJUNTO DE ARTIGOS DE
OPINIÃO DE PESQUISADORES DA
FIOCRUZ PUBLICADOS EM
JORNAIS DE GRANDE
CIRCULAÇÃO NO PAÍS – Estado de
Minas, Folha de São Paulo, O Globo,
Jornal do Brasil



Todos os artigos aqui apresentados foram publicados no site da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e estão disponíveis no link: <https://www.abrasco.org.br/site/tag/brumadinho-mg/>

Mais Fundões e Feijões para darmos basta em tragédias? por Léo Heller

Minas Gerais é o estado com o maior número de barragens no país, as quais são portadoras da ambiguidade própria do desenvolvimento: o pêndulo benefícios-riscos. As duas tragédias mais recentes revelam que o pêndulo tem sido excessivamente deslocado para o extremo dos discutíveis “benefícios”, favorecendo interesses particularistas, equilíbrio do caixa público, financiamento de campanhas eleitorais ou a corrupção em seu estado mais bruto. E os riscos? Estes ficam subsumidos à ideia de que tudo justifica os propalados benefícios.

O crime de Fundão decorreu dessa lógica. E o ainda mais dramático crime de Feijão também, e de forma mais imperdoável.

Barragens rompem pela ação de fatores físicos. Mas esses fatores, que são mobilizados pela engenharia para garantir sua estabilidade, jogam em sentido oposto quando as estruturas são vítimas da negligência, da omissão e da irresponsabilidade dos que têm poder de decisão.

Os relatores das Nações Unidas para os direitos humanos apresentaram várias advertências ao governo brasileiro e às empresas envolvidas desde o rompimento de Fundão em 2015, reiterando que os direitos humanos das vítimas estavam sendo negligenciados. Fundão desvenda que o tempo é aliado dos violadores de direitos humanos e que mecanismos preventivos disponíveis – classificação de riscos, licenciamento ambiental, fiscalização – têm sido abstrações sem efetividade. Com a inaceitável tragédia em Brumadinho, vê-se que as lições não foram aprendidas e a lógica perversa permanece.

O momento atual é grave e os esforços imediatos requeridos são de identificação das vítimas, apoio a seus familiares e prevenção de novos efeitos. Mas também é tempo de exigir que autoridades tratem esta tragédia a partir do marco dos direitos humanos. De dizer à Vale e demais mineradoras que sua prioridade agora é uma séria avaliação dos riscos de seus empreendimentos: lucros já foram extraídos excessivamente e têm gerado crimes. De exigir uma moratória no licenciamento de barragens, até que seus critérios sejam revistos...

Aos governos Bolsonaro e Zema cabem condoídas desculpas, por terem cogitado relaxar a política ambiental, visando “agilizar o progresso”... para poucos.

*Léo Heller é pesquisador do Instituto René Rachou (IRR/Fiocruz), associado Abrasco e relator especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário – **Texto originalmente publicado no jornal Estado de Minas (28/01/2019).**

A Vale e o governo não aprenderam nada com Fundão? – Artigo de Léo Heller

Barragens não se rompem por um desígnio divino. Os rompimentos são provocados por fatores físicos, mecânicos. E esses fatores somente provocam desastres frente a um quadro de negligência e omissão. Ou seja, nem Deus nem Newton devem ser culpados pelas tragédias dos rompimentos de barragens, mas as empresas negligentes e o estado omissivo e permissivo.

Após a tragédia da Samarco em novembro de 2015, os relatores especiais das Nações Unidas para os direitos humanos advertiram e cobraram por diversas vezes do governo brasileiro e das empresas – Samarco, Vale e BHP-Billiton – que a gestão do desastre deveria colocar o marco dos direitos humanos à frente de qualquer medida.

Em suas várias comunicações, exigiram que o governo brasileiro tratasse da remediação dos efeitos do desastre com base nos direitos humanos das vítimas, instaram o governo a assegurar o acesso à água segura às pessoas que sofreram restrições no abastecimento, questionaram acordos judiciais sem transparência e sem participação dos atingidos. Um ano após o desastre cobraram do governo brasileiro e das companhias envolvidas que solucionassem imediatamente os numerosos impactos nos direitos humanos em curso. Afirmaram que “as medidas adotadas eram simplesmente insuficientes para lidar com a massiva extensão dos custos humanos e ambientais do colapso”.

A tragédia da Samarco mostrou que o tempo é aliado dos violadores dos direitos humanos. Mostrou ainda que os mecanismos disponíveis no país – classificação de riscos de barragens, licenciamento ambiental, fiscalização – são abstrações incapazes de prevenir tais tragédias. Porém, muitos esperávamos que Fundão cumprisse um papel pedagógico, ficando para sempre gravada na memória dos agentes institucionais e empresariais e os ensinando o que não se deve fazer.

Três anos depois, no entanto, Feijão desmente as expectativas: a lição não foi aprendida.

Mais uma barragem se rompe. Como a anterior, também classificada como de baixo risco, e, pior, detentora de licenciamento ambiental para sua expansão em um processo estranhamente expedito. Rompe sem sirenes e em total desproteção aos trabalhadores diretos e terceirizados. Desta vez, não se falam em dezenas de mortos, mas em centenas. O efeito é devastador, trágico, desolador. Os próximos dias serão de crescente identificação de pessoas mortas, de manifestação de desespero de famílias e de explicações inconvincentes.

O momento é de solidarizar com as vítimas e de apoiá-las. Mas também é momento de dizer em alto e bom tom que os governos mineiro e brasileiro não serão desculpados se não tratarem os desdobramentos desta tragédia com absoluto respeito aos direitos humanos das vítimas. Tempo de dizer que a Vale e as outras mineradoras devem colocar à frente de sua gana produtiva a séria e consequente avaliação dos riscos das barragens existentes e implementar fortes medidas preventivas. Também de dizer que cabe uma moratória no licenciamento de novas barragens e a imediata reversão da permissividade dos licenciamentos. E esperar do governo federal e do governo mineiro sinceras desculpas por terem cogitado a ideia de relaxar a política ambiental, em prol de um progresso para poucos.

*Léo Heller é pesquisador do Instituto René Rachou (IRR/Fiocruz), associado Abrasco e relator especial das Nações Unidas para os Direitos Humanos à Água e ao Esgotamento Sanitário – **Texto originalmente publicado no jornal Folha de S. Paulo (30/01/2019).**

Para aprender com Brumadinho – Artigo de Carlos Machado

Em pouco mais de três anos, o Brasil vivenciou os dois maiores desastres do mundo envolvendo barragens de mineração desde os anos 1960. O primeiro, em novembro de 2015, tendo origem na barragem de Fundão, em Mariana (MG), da mineradora Samarco, uma empresa joint-venture da companhia Vale S.A e da anglo-australiana BHP-Billiton. Foi o maior desastre em termos de quantidade de material lançado no meio ambiente e de extensão territorial (650 kms) dos danos humanos e ambientais, atingindo 31 municípios em Minas e três no Espírito Santo, impactando a Bacia do Rio Doce.

O segundo agora, em janeiro de 2018, tendo origem na barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), da companhia Vale S.A. Ainda que não se tenha o número total de óbitos, se considerarmos os corpos já encontrados com as mais de 250 pessoas que continuam desaparecidas, com poucas chances de ainda serem encontrados sobreviventes, tudo indica que o número de óbitos ultrapassará 300. Será não só um dos maiores desastres dos últimos 80 anos em termos de óbitos, mas também o maior acidente de trabalho já registrado no Brasil. Além dos impactos humanos, há ainda os ambientais e que estão em curso, uma vez que foram lançados 13 milhões de metros cúbicos, e o impacto sobre o Rio Paraopebas tem o potencial de se ampliar sobre a Bacia do São Francisco.

Não são eventos isolados, mas que fazem parte dos riscos sistêmicos e amplos que envolvem um universo de mais de 24 mil barragens cadastradas pela Agência Nacional de Águas, sendo que as barragens de mineração e cavas exauridas cadastradas no DNPM ultrapassavam 660 presentes em cerca de 160 municípios do país. Esses riscos sistêmicos resultam de um modelo do desenvolvimento obsoleto e com altos custos ambientais e humanos. Temos que mudar esse quadro e já.

Embora o Brasil tenha em março de 2015 adotado Marco de Sendai para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030 (Marco de Sendai), pouco se avançou no país. Junto com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, integra a Agenda para o mundo até 2030.

Futuros seguros e sustentáveis exigem ainda mais atenção e aprendizagem quando os momentos não parecem tão propícios. Se queremos para o país, em 2030, um futuro diferente, esse deve iniciar já. O Marco de Sendai fornece um caminho. Exige a reformulação da situação atual dos modelos de compreensão e governança dos riscos, com o fortalecimento dos órgãos governamentais (com recursos humanos, técnicos e financeiros necessários) e ampliação da participação da sociedade através das representações das comunidades expostas e afetadas, ONGs relacionadas ao tema e instituições acadêmicas.

Esse caminho envolve: prevenir riscos pela criação de novas barragens com tecnologias obsoletas e perigosas; reduzir os riscos existentes através da ampla fiscalização e auditorias nas mais de 24 mil barragens existentes (cerca de 42% não possuem outorga ou licenciamento); ter planos de emergências que não sejam só no papel e que envolvam a participação efetiva de trabalhadores e comunidades (apenas cerca de 3% possuem planos); estruturar sistemas de alerta e alarme que efetivamente contribuam para salvar vidas com exercícios regulares; fortalecer as capacidades de preparação e respostas nos municípios vulneráveis aos riscos de barragens; garantir que os processos de recuperação dos ecossistemas e da saúde dos trabalhadores e populações afetadas, assim como de reconstrução melhor e mais segura das condições de vida para e com as pessoas afetadas.

*Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) e integrante da Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. **Artigo publicado originalmente no jornal O Globo (31/01/2019)**

“Brumadinho e a justiça histórica” por Marcelo Firpo

Brumadinho trouxe a sensação de farsa e tragédia anunciada. Todos perguntam: como pode esse absurdo acontecer novamente? Passados mais de três anos de Mariana, os fantasmas da mineração batem à porta de nossa memória abissal. Ela que forja o esquecimento da falsa paz sem voz na poltrona de domingo, como cantava Marcelo Yukka. São muitos os corpos mortos mutilados, alguns desaparecidos para sempre, tal como o Pico do Cauê que nos fala Drummond de sua Itabira. O poeta ensinava: o tempo só volta no mundo da imaginação.

Mas a mineração extrativista usurpa riquezas e planta sementes de um amanhã perdido. E ele chegou. Dessa vez os atingidos não foram apenas as periferias invisibilizadas, as pessoas “esquecíveis”, trabalhadores terceirizados, camponeses, pobres, negros e indígenas. A novidade é que agora se trata do maior desastre industrial do país em termos de mortes imediatas de trabalhadores: os principais atingidos foram os diretos da Vale. Sinal dos tempos: a flexibilização trabalhista elimina direitos e torna mais barato o valor da vida para reduzir o “custo Brasil”. A lama também alcançou e matou donos e hóspedes da bela pousada que ficava a 15 km de Inhotim, e a poluição no rio Paraopeba ruma para o já sofrido rio São Francisco.

As fortes imagens lembram filmes catastróficos de Hollywood. Mas há aqui uma inversão sutil e cruel: onde estão linhas que separam ficção e realidade, verdade e mentira, responsabilidade e negligência, direito e exclusão? Como semear futuros não como farsa e alienação, mas como consciência e reconstrução? Eis nossa difícil tarefa: reverter a cegueira pós-desastre, a normalidade anormal e desumana que despreza, não pensa e não sente. Reconstruir a memória do passado para rever o presente e reinventar o futuro.

Enfrentar fantasmas significa retirar véus para alcançar os inéditos viáveis que nos falava Paulo Freire. Para isso não podemos ficar anestesiados na poltrona do esquecimento e passivamente escutar vozes “esclarecidas” com suas “verdades” técnico-científicas, econômicas ou mesmo religiosas. Elas só nos interessam na medida em que nos servirem para o difícil trabalho de entrar e sair da lama que estamos atolados e alcançou a alma da nação.

Precisamos responder questões cruciais: existe mineração justa e sustentável, qual seria? De forma semelhante, podem ser sustentáveis e justos o agronegócio com suas monoculturas venenosas, o petróleo que alimenta a tragédia climática e as grandes hidrelétricas que destroem os rios sagrados dos povos indígenas? Qual Estado e quais economias precisamos para atuar na defesa da dignidade humana, dos trabalhadores, da saúde das populações e do meio ambiente equilibrado? Como construir partidos políticos e instituições mais independentes e atuantes frente às grandes corporações, seja no nível municipal, estadual ou federal? Alguém tem dúvida que, se não respondermos tais questões, novos desastres retornarão?

O trágico desafio é o da democracia e da ética. A lama que corre reflete injustiças históricas que nos impedem alcançar outras justiças, como a social, a sanitária, a ambiental e a cognitiva da qual nos fala o sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Precisamos passar a limpo a escravidão colonial, as desigualdades sociais, os racismos e violências contra pobres, negros, trabalhadores, mulheres e indígenas.

Para isso, além de cientistas, técnicos, políticos e gestores bem intencionados para entender porque as barragens rompem e matam, que venham sábios, poetas, guerreiras e movimentos sociais. Todos nos ajudam a alargar nossas percepções, a compreender e reconhecer as lutas fundamentais, a despertar nossa humanidade frente às tragédias do progresso. Sem isso de nada nos servirão promessas de soluções técnicas definitivas. No máximo apaziguam-nos na poltrona de domingo.

*Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública – Fiocruz, integrante do Grupo Temático Saúde e Ambiente da Abrasco, coordenador do Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde. **Artigo publicado originalmente no Jornal do Brasil publicou (7/2/2019)**